

O DRAMA DOS ÍNDIOS DE RONDÔNIA

A história da América Latina está repleta de massacres. Os índios são exterminados com armas de fogo, envenenados, contaminados por doenças e condenados à morte pela expulsão de suas terras. Em Rondônia, hoje, a história se repete.

Quase todas as áreas indígenas de Rondônia, apesar de demarcadas, estão sendo invadidas. Principalmente por empresas madeireiras e mineradoras. A morosidade do Incri e a omissão da Funai colaboram sóbremeira para que também os colonos entrem em suas áreas, gerando conflitos e morte entre ambos. Com a migração descontrolada e a abertura de estradas próximo às reservas, poliferam as doenças que matam os índios sem defesa orgânica como a tuberculose, verminose e gripe.

Apesar do impedimento da legislação, até 1986, na Amazônia legal, 537 alvarás de autorização de pesquisa mineral e 1.732 requerimentos incidiam em 77 áreas indígenas, sob o controle de 77 empresas ou grupos econômicos. As terras indígenas do Pará e de Rondônia são as mais atingidas pelos interesses destas empresas.

A história da América Latina está repleta de massacres. Os índios são exterminados com armas de fogo, envenenados, contaminados por doenças e condenados à morte por expulsão de suas terras. Em Rondônia, hoje, a história se repete.

Cerca de 600 famílias estão morando nas terras dos índios Zoró, que residem em parte do Parque Aripuanã, no município de Espigão do Oeste. Na localidade está surgindo uma verdadeira cidade, já com linha de ônibus para Cacoal. Políticos estão apoiando a grilagem destas áreas, incentivando até a sua transformação em distrito (que já tem até nome: Paraíso da Terra), com o único objetivo de angariar votos para as próximas eleições.

O senador Odacir Soares, do PFL de Rondônia, já man-

dou distribuir panfletos informando sua audiência com o presidente Sarney e seu pedido de redução da área dos Zoró.

A partir de 1980 começaram a ocorrer mortes e conflitos entre os índios Uru-eu-au dentro de sua reserva no município de Ariquemes, onde o Incri oficializou a invasão de colonos no Projeto Burareiro. Em 1986 o então chefe do escritório de representação de Rondônia em Brasília, coronel Carlos Godoy, levou ao Ministério da Justiça e Casa Militar documento pedindo a revogação do decreto de criação do Parque Nacional dos Pacas Novos. Ele alegava que "somente o passionalismo ou pressões de organismos internacionais, como o Banco Mundial que fez chantagem ao Polono-roeste, e gringos indigenistas usariam submeter à sansão presidencial um decreto cheio de impropriedades. Dizia, ainda, que em 1985 o próprio governador Angelo Angelin estivera em Brasília, na presidência da República e na Funai para pedir a revogação da determinação do governo federal.

De acordo com o coronel Godoy a área foi ampliada de 879.900 hectares para 1 milhão 888 hectares. Várias tentativas para confundir a opinião pública vêm sendo feitas em cima desse falso argumento. Na realidade não ocorreu tal ampliação do território indígena e sim a criação do Parque Nacional dos Pacas Novos, em terras habitadas pelos índios Uru-eu-au desde tempos imemoriais - bem anterior ao Projeto Burareiro, portanto.

Certos políticos mencionam que é descabida a idéia de se retirar os colonos dos 18 mil hectares que ocuparam na área dos índios. Porém, bem menos

Nair Benedicto/F4



Arquivo: Índios Kaiapos, aldeia Gorotire - PA.

cabível é a permanência de milhões de hectares nas mãos de latifundiários e, ainda, a recusa destes mesmos políticos em aprovar propostas de emendas populares em favor da reforma agrária, com mais de um milhão de assinaturas, na Constituinte.

Esses políticos inescrupulosos querem dividir a terra dos índios mas manter as suas próprias e comungar com os interesses da União "Democrática" Ruralista - UDR - que jorrou dinheiro no último pleito para garantir a eleição de seus fiéis representantes.

É ridículo acreditar que homens como o senador Olavo Pires e deputados federais Assis Canuto e Francisco Sales - que, segundo a própria imprensa, foram eleitos com o dinheiro da UDR - estejam interessados no bem-estar dos colonos quando ocupam a tribuna do Congresso Nacional pedindo a redução das terras indígenas. Queremos vê-los no mesmo discurso inflamado, pedindo a divisão das terras dos senhores Alysson Paulinele, Grupo Camargo Correia, Sebas-

tião Terboy, Aristides Melo e outros proprietários de latifúndios, onde, inclusive, já foi constatada a escravidão de trabalhadores.

Somente vamos acreditar nas intenções destes políticos vendo-os dar o seu voto favorável aos milhões de famílias sem terra, no próprio chão.

Não conseguiremos a independência do país espoliando as terras dos índios, mas com a divisão real das fazendas improdutivas, com uma política agrícola decente. A violência urbana e rural não pode ser combatida com mais violência, com a impunidade dos crimes cometidos contra colonos, índios e trabalhadores das cidades, mas sim com a divisão da renda nacional, com educação para todos, moradia, saúde e transporte dignos para nosso povo.

Geraldo Pastana
Secretário Agrário Nacional